

# Envolver para desenvolver: por uma política de dinamização da leitura a partir das bibliotecas escolares

Carlos Eduardo de Oliveira Klebis<sup>1</sup>

---

## Resumo

Enquanto instituições vinculadas às práticas de leitura, as bibliotecas são entendidas, no imaginário popular, como lugares regulados pela organização metódica, pelo silêncio, pelo *mistério* (ou pelo *proibido*), por uma série de regras que, de alguma forma, inibem a liberdade e a vontade do leitor não *iniciado*, afastando, assim, aqueles que, por uma razão ou por outra, não se consideram leitores. Compreender parte da nossa herança cultural por meio da história das bibliotecas é um dos caminhos para que se possa contemplar as circunstâncias nas quais se produzem as relações entre leitores e livros nas bibliotecas brasileiras contemporâneas, sobretudo nas bibliotecas escolares.

## Palavras-chave

Biblioteca; escola; leitura.

## Abstract

As institutions linked to the practice of reading, libraries are assumed in the popular imaginary as places controlled by methodical structures, by the silent, by the “mystery” (or the “forbidden”) and by a series of rules that, somehow, inhibit the freedom and the will on the not “initiated” readers, moving over those who, for any sort of reason, do not consider themselves as readers. Understand part of our cultural inheritance through the history of libraries is one of the

possibilities to contemplate the circumstances in which the relations between readers and books in the contemporary Brazilian libraries are established, especially in the school libraries.

## Keywords

Libraries; education; reading.

Todos os dias, no interior das escolas, ainda que à revelia das intenções dos professores, a relação entre os alunos e a leitura, aproximando-os ou afastando-os dos livros, vem sendo construída, seja por meio das práticas e das experiências de leitura oferecidas pelos professores e proporcionadas pela escola, ou mesmo na ausência delas, seja pela simples observação das relações que seus professores assumem publicamente com os livros, nas salas de aula e fora delas. Acreditamos que o exemplo dos adultos – os pais em casa ou os professores na escola – represente um importante fator de influência na constituição das crianças ou dos adolescentes enquanto leitores ou não leitores. Crianças que convivem com adultos leitores, entre livros e discussões acerca das leituras que os adultos fazem, que são embaladas por histórias ao pé da cama antes de pegarem no sono, obviamente, crescem em condições mais favoráveis à construção de uma relação positiva e familiar com os livros e as leituras. Contudo, não podemos negar que é também papel da escola, pelo trabalho mediador dos professores, investir no *envolvimento* dos sujeitos com os

---

<sup>1</sup> Mestre e doutorando em Educação pela FE/Unicamp. Pesquisador vinculado ao grupo Alfabetização, Leitura e Escrita – ALLE, FE/Unicamp. Supervisor de Ensino da Rede Municipal de Valinhos-SP. E-mail: ceoklebis@valinhos.sp.gov.br

livros e os demais objetos culturais, fomentando o relacionamento entre aquilo que a escola toma para si como objeto do conhecimento e os sujeitos que chegam e passam por ela. Particularmente em relação à leitura e à formação de leitores, cabe às escolas, às bibliotecas escolares e às bibliotecas públicas o engendramento de condições mínimas para que as relações entre os leitores iniciantes e os livros se deem no sentido de uma aproximação, de um convívio, de um *envolvimento*, que, absolutamente, não se produz de forma espontânea, tampouco se constrói unicamente pela obrigatoriedade.

Nesta reflexão, discutimos a construção da ideia de biblioteca com o intuito de deslindar uma concepção de biblioteca escolar mais condizente com o desejável propósito de formar, cativar e cultivar leitores. Para tanto, colocamos as seguintes indagações: de que modo a biblioteca escolar é importante para a construção das relações entre leitores e livros? Como é possível estimular a prática da leitura a partir da biblioteca escolar? Quais são os agentes responsáveis pela dinamização da biblioteca escolar? Que são as bibliotecas, afinal?

Começemos pela última. Prédios que buscam reunir o universal... espaços de acúmulo e difusão cultural... templos do saber que têm no livro um objeto de culto e na leitura uma atividade sagrada... locais de murmúrio de leitores inquietos... campos em que se cultivam o silêncio e a ordem... o lugar aprazível da leitura solitária e compenetrada... local de pesquisa, estudo e convívio para sábios, cultos, eruditos, intelectuais e acadêmicos... ambientes organizados e assépticos de preservação de livros e textos... instituições políticas de transformação social... lugares vigiados, controlados, censurados... espaços em extinção diante das novas tecnologias digitais... asilo aos leitores compulsivos e desesperados... locais abandonados, cheios de livros encobertos de poeira e semidestruídos pelas traças... espaços mágicos e misteriosos para crianças... espaços de construção das relações entre leitores e livros... Talvez as bibliotecas tenham, a um só tempo, todos esses aspectos e a possibilidade de muitos outros.

Mesmo com todas as suas contradições, distorções e disfunções, o encanto inexplicável que as bibliotecas exercem sobre os seres huma-

nos perdura, e não há quem, entrando numa grande biblioteca pela primeira vez, não sinta nas entranhas a fascinante agonia que reside entre o desejo mágico e a impossibilidade concreta de ler o universal.

Desde a célebre e remota Alexandria, o surgimento da instituição biblioteca funda um importante marco histórico nas relações entre o homem e a cultura. Conforme Chartier (1999), dos rolos, papiros e pergaminhos ao livro impresso e, mais recentemente, ao texto digital, constatamos inúmeras maneiras de organizar espaços de leitura e de dispor acervos, bem como diferentes modos de consulta, circulação e leitura de livros e textos entre os sujeitos que, por uma razão ou por outra, utilizaram as bibliotecas em culturas, tempos e espaços os mais diversos ao longo da história das civilizações.

Em Alexandria, o texto se apresentava ainda sob a forma de rolos. Com mais de 500 mil rolos, a biblioteca de Alexandria dispunha, de fato, de um número de obras muito menos significativo, já que uma obra podia ocupar, sozinha, dez, vinte, até trinta rolos. O catálogo da biblioteca era constituído de 120 rolos. É possível imaginar as operações manuais que a busca do universal exigia. (Ibidem, p. 118)

A forma como historicamente se construiu a ideia de biblioteca constitui uma tradição, uma herança cultural, que em parte permanece até hoje, acumulada no imaginário de nossa civilização e que se reflete tanto no modo de organização dessa instituição, quanto em relação às práticas de leitura a ela associadas.

O significado etimológico do termo *bibliothekē*<sup>2</sup> é o de “caixa para guardar livros” que, por extensão, passou a designar o local onde se guardariam os livros de forma organizada, permitindo e facilitando o trabalho de possíveis consulentes.

A mais antiga biblioteca de que se tem notícia foi formada no século VII a.C. por Assurbanipal, rei da Assíria, em Nínive. Os assírios, apesar de se constituírem majoritariamente por guerreiros e de serem considerados um povo belicoso e afeito às questões militares, davam muita importância à preservação de arquivos, relatórios e documentos,

---

2 Do grego βιβλιοθηκη/ bibliothekē/ sf. “biblioteca” (CUNHA, 1986).

os quais eram gravados em placas de argila. Cabe lembrar que, tanto na sociedade assíria, como em muitas outras civilizações da Antiguidade e mesmo durante quase toda a Idade Média, a leitura era uma prática quase exclusiva de reis, nobres, conselheiros, escribas e sacerdotes.

A mais importante biblioteca da Antiguidade, construída no século IV a.C. em Alexandria, no Egito, foi organizada por Demétrio de Falero e edificada por ordem de Alexandre, o Grande. Ali foram reunidos 60 mil volumes, manuscritos em pergaminhos ou em folhas de papiro com textos em grego e em outros idiomas. A ideia da biblioteca de Alexandria compreendia uma busca pela reunião do universal, o que constitui uma das primeiras heranças de que são depositárias todas as outras bibliotecas futuras. No entanto, seu grandioso acervo foi destruído em 640 d.C., quando os árabes conquistaram Alexandria.

No mundo latino, os romanos construíram numerosas bibliotecas públicas, que se estendiam desde a Espanha até a Grécia, e uma importante herança das bibliotecas desse período é a ideia de constituir um espaço de acúmulo e difusão cultural. A cópia de diversas obras da Antiguidade pelos copistas e escribas, provavelmente com o intuito de divulgá-las e difundi-las, deu origem a um grande trabalho de reprodução de livros e textos, bem como aos rudimentos de uma produção editorial. A produção dos copistas era um processo lento e trabalhoso, tanto para elaborar o original de uma obra como para reproduzi-la, de modo que a tarefa dos escribas e copistas constituía um trabalho árduo, meticuloso e demorado, que envolvia muitos agentes na etapa de produção e reprodução das escrituras.

Segundo Battles (2003), à medida que o Império Romano rumava para seu declínio, suas bibliotecas também começavam a definhar e a desaparecer. A identidade cultural dos cristãos romanos definira-se pela oposição à arte e à literatura pagãs, embora, nas primitivas comunidades monásticas dos primeiros séculos da era cristã, ainda se guardassem e se reproduzissem, mesmo que precariamente, textos e obras da Antiguidade pagã, destinados à instrução de seus monges nas artes da leitura e da escrita.

Durante a Idade Média, na Europa Ocidental sob o domínio político e cultural da Igreja Católica, as bibliotecas ficaram quase invariavelmente confinadas aos mosteiros – eram as *scriptoria* monásticas de que nos fala Chartier (op. cit., p. 121), cujos acervos se mantinham

bem guardados de eventuais leitores laicos. Na Europa, as bibliotecas medievais constituíam lugares extremamente conservadores, e seus acervos contemplavam apenas um número muito restrito de obras, atendo-se àquelas consideradas “veneráveis” e dignas da cristandade (BATTLES, op. cit., p. 65). Algumas das heranças decorrentes do monopólio da Igreja sobre as escrituras são a concepção do livro como objeto de culto e a leitura entendida como atividade ligada ao sagrado, e que, portanto, deveria permanecer restrita aos membros das ordens religiosas e a seus benfeitores.

Somente a partir do século XIII começaram a surgir as universidades, como a Sorbonne, na França, que passaram a formar seus próprios acervos de manuscritos e códices, cujo acesso era eminentemente destinado aos eruditos e aos estudantes leigos, atendendo, porém, em especial, à necessidade de seus professores.

A biblioteca da Sorbonne, em Paris, que passou por um dramático processo de expansão durante o século XII, exemplifica bem a mudança que as universidades trouxeram para o universo das bibliotecas europeias. [...] O rápido crescimento no número de códices marcou uma mudança qualitativa e quantitativa na natureza da biblioteca. De fato, em meados do século XIII, os livros da faculdade não estavam nem mesmo reunidos numa biblioteca. Ficavam distribuídos entre os professores, que os utilizavam em suas atividades de ensino. Era só quando um professor viajava que os livros usados por ele ficavam armazenados em arcas acessíveis a todos. (Ibidem, p. 80)

Segundo Battles (ibidem, p. 74), durante a Idade Média, “só a estrita necessidade justificava o acesso aos livros e à própria alfabetização”, e o humanismo representou uma profunda transformação na economia política da leitura, “criando não apenas uma oferta de novos tipos de livros (a saber, os antigos, agora redescobertos), como também novas maneiras de lê-los”.

Chartier (op. cit.), em suas conversações com Jean Lebrum, apresenta também outra herança cultural concernente às bibliotecas, cuja origem provável remonta aos séculos XIII e XIV: a de que as bibliotecas devam ser espaços de culto ao silêncio.

Os primeiros textos que impunham silêncio nas bibliotecas não datam se não dos séculos XIII e XIV. É apenas nesse momento que, entre os leitores, começam a ser numerosos aqueles que podem ler sem murmurar, sem “ruminar”, sem ler em voz alta para eles mesmos a fim de compreender o texto. Os regulamentos reconhecem esta nova norma e a impõem àqueles que não teriam ainda interiorizado a prática silenciosa da leitura. Pode-se então supor que antes, nas *scriptoria* monásticas ou nas bibliotecas das primeiras universidades, ouvia-se um rumor, produzido por essas leituras murmuradas, que os latinos chamavam de *ruminatio*. (Ibidem, p. 121)

Durante o Renascimento, além das bibliotecas particulares e dos acervos das universidades, surgiram grandes bibliotecas organizadas por ordem de governantes do período, como a célebre Biblioteca Vaticana, fundada pelo Papa Nicolau V, em Roma, onde os livros sagrados e religiosos eram criteriosamente separados das obras seculares e profanas.

Em 1444, em Florença, inspirada nas bibliotecas públicas da Roma antiga, a ideia de uma biblioteca pública tornou a surgir com a fundação da Biblioteca de São Marcos, por Cosimo de Médici, mais tarde reconhecida como a primeira biblioteca pública moderna. Battles (op. cit., p. 72) ressalta que, na Florença do século XV, o termo “público” referia-se “não à universalidade do acesso, mas ao palco sobre o qual a Igreja, a nobreza e as poderosas famílias mercantis desempenhavam seus papéis e exerciam sua autoridade”. Notamos aqui outra herança importante: a associação das bibliotecas às elites religiosas, políticas e econômicas, na conformação de um projeto de “elite cultural”, cujos valores de maior prestígio incluíam a erudição e a cultura livresca.

Mesmo após o advento da imprensa – método de reprodução de obras aperfeiçoado por Gutenberg no século XV –, que provocou um crescimento espantoso dos acervos de muitas bibliotecas, a ideia de uma biblioteca associada quase exclusivamente às elites perdurava. Battles (ibidem, p. 76) ressalta que “as grandes bibliotecas não surgiram em virtude da economia ou da eficácia da página impressa,

que mais tarde viriam a temer. Estavam mais ligadas ao apetite que duques, mercadores e papas tinham por esse novo tipo de erudição congênita ao Renascimento”.

A posse e o acesso aos livros e às escrituras sempre constituíram importante fator de prestígio político-social e de manutenção do poder. Controlá-los, armazená-los e conservá-los tornara-se vital ao projeto de sociedade das elites renascentistas. No século XVI, durante a Contrarreforma, a preocupação da Igreja Católica em relação ao controle sobre os livros e as escrituras ganhou tal proeminência que, sob a recomendação do Santo Ofício, foi produzida uma lista das obras proibidas pela Igreja, as quais deveriam ser queimadas. Tratava-se do *Index Librorum Prohibitorum*,<sup>3</sup> que condenava à fogueira inumeráveis obras da Antiguidade e de outros tempos, por serem consideradas heréticas, pagãs ou anticristãs. Nesse período, muitas bibliotecas esforçaram-se em preservar da implacável onda de intolerância que assolou o Ocidente durante a Inquisição Católica obras inestimáveis presentes em seus acervos. O terror promovido pelo Santo Ofício era sentido pelos bibliotecários do século XVI, como nos relata Battles:

Obras como as histórias de Zózimo (“o pagão que teve o mau gosto de culpar os cristãos pela queda de Roma”, na provocadora descrição de Anthony Grafton) foram escondidas por ele,<sup>4</sup> segundo conta um frustrado leitor francês, “no mais profundo e obscuro recanto da Biblioteca do Vaticano”. Durante a Contrarreforma, Sirleto descobriria aquilo que os bibliotecários já sabiam há muito tempo: que o melhor lugar para esconder um livro é a biblioteca. (Ibidem, p. 84)

Talvez decorra dessa atmosfera de terror e excessivo controle imposta às bibliotecas e a seus bibliotecários pelo Santo Ofício uma importante herança cultural, da qual ainda somos depositários: a do entendimento da biblioteca como um espaço de preservação de livros

---

3 “Índice de Livros Proibidos”, produzido sob o patrocínio da Igreja Católica no século XVI, cujo objetivo era deflagrar uma caçada à cultura pagã e promover uma *limpeza* nos acervos das bibliotecas do mundo cristão.

4 Battles refere-se aqui ao bibliotecário Girolamo Sirleto, que trabalhou na biblioteca do Vaticano no século XVI, durante a Contrarreforma da Igreja Católica.

e obras, o que, em certa medida, impõe limites à disposição e à circulação de seus acervos entre leitores.

Nos séculos XVII e XVIII, com o crescimento do número de obras e o surgimento de grandes bibliotecas universais, como a biblioteca da universidade de Harvard, nos Estados Unidos, os grandes desafios eram a organização, a preservação e a conservação de seus acervos, muitas vezes oriundos da generosidade de seus doadores, que não se furtavam a fiscalizar a destinação e a manutenção de suas valiosas doações, como podemos observar no texto de uma carta, reproduzido por Battles (ibidem), que um dos principais doadores da biblioteca de Harvard, um londrino de nome Thomas Hollis, escreveu em 1725 à universidade:

Nós, por aqui, achamos que sua biblioteca vem sendo mal administrada. [...] Faltam cadeiras para sentar e ler, e correntes para proteger os livros preciosos. [...] Vocês permitem que seus livros sejam levados à vontade para casa, e muitos são perdidos; seus estudantes pueris carregam os livros para os quartos, recortando ilustrações e mapas para adornar as paredes. Isso não é bom. Se precisam de uma sala para livros modernos, é fácil remover os menos úteis para um lugar mais afastado, mas não vendam nenhum. Eles são sagrados. (Ibidem, p. 89-90)

Conforme a produção em massa de livros se expandia, as bibliotecas da Europa e da América do século XIX perceberam seus acervos multiplicados astronômicamente. Muitas delas acumulavam então centenas de milhares de livros, como era o caso da biblioteca do Museu Britânico, em Londres. Em meio ao turbilhão de novos volumes, os leitores que a frequentavam em busca de um texto específico sentiam-se agora confusos e *perdidos*, uma vez que os catálogos, ultrapassados e pouco criteriosos quanto à organização dos acervos, dificultavam-lhes o acesso às obras. Urgia, pois, o aperfeiçoamento das técnicas de catalogação dos acervos, bem como um projeto mais sofisticado em relação ao funcionamento e aos objetivos das bibliotecas públicas. Por essa razão, começaram a proliferar discussões acerca do *como* e do *para que* produzir catálogos e conceber projetos mais arrojados nas bibliotecas. Um dos que pugnaram nesse sentido foi Antônio Panizzi, bibliotecário responsável pela biblioteca do Museu

Britânico em meados do século XIX, que em 1836 redigiu um relatório aos curadores do museu sobre a importância de elaborar um catálogo que atendesse às novas demandas. Em seu relatório, reproduzido por Battles (ibidem), Panizzi afirma:

O primeiro e principal objetivo de um catálogo é facilitar o acesso às obras que fazem parte da coleção. [...] Eu quero que o estudante pobre tenha os mesmos recursos que o homem mais rico deste reino para satisfazer sua vontade de aprender, desenvolver atividades racionais, consultar autoridades nos diversos assuntos e aprofundar-se nas investigações mais intrincadas. Acho que o governo tem a obrigação de dar a esse estudante a assistência mais generosa e desprendida possível. (Ibidem, p. 133)

Para Battles (ibidem), Panizzi via seu catálogo não como uma mera listagem ou guia para o conhecimento; tratava-se de uma ferramenta política de transformação social por meio de uma nova forma de conceber as relações entre leitores e livros nas bibliotecas. Panizzi pretendia, com o novo sistema, transformar a biblioteca num espaço mais democrático, tornando seus mecanismos mais transparentes aos consulentes, conferindo a estes maior autonomia e ampliando o universo de leitores que a poderiam frequentar. Com o sistema concebido por Panizzi, portanto, mais do que produzir um novo tipo de catálogo, a ideia era produzir um novo tipo de leitor; “mais independente, mais consciente do sistema operante das bibliotecas” (ibidem, p. 135). Graças a iniciativas de bibliotecários do século XIX, como Panizzi, foi deixada às gerações posteriores, como um importante legado – talvez um pouco negligenciado nos dias atuais: a ideia de que a biblioteca tem uma função social e um compromisso com a formação de seus leitores.

A biblioteca do século XIX foi fruto dessas múltiplas heranças que se acumularam desde Alexandria. Nos cem anos compreendidos entre 1800 e 1900, o mundo passou por profundas transformações tanto no campo da produção, cujo maior exemplo é a Revolução Industrial, quanto no da ciência e da cultura, ambos marcados por avanços, descobertas e revoluções sem precedentes na história da humanidade. Foi no espírito desse século que surgiu a primeira grande biblioteca brasileira. Estimulada pela chegada da família real ao Brasil em 1808,

incentivada por Dom João VI e fundada em 1810 com um numeroso acervo de cerca de 60 mil volumes trazidos pela Corte de além-mar, a Real Biblioteca, no Rio de Janeiro – atualmente Biblioteca Nacional – é um exemplar monumental desses “templos do saber”.

Segundo Lajolo e Zilberman (1999, p. 176-177), a abertura da Biblioteca Nacional ao público, ainda que constituísse um fato bastante significativo à população da capital imperial brasileira, provocava muitas inquietações em seus consulentes mais criteriosos, cujos comentários apontavam ora para a pouca atualidade das obras disponíveis na biblioteca, ora para a pouca frequência de leitores, o que se atribuía a um desinteresse generalizado pela leitura num país de “não leitores”.

A Biblioteca, como se diz, de 70 mil volumes, presente que o rei trouxe consigo de Portugal para a capital do Brasil, está colocada no edifício dos Terceiros da Ordem do Carmo. Os assuntos de história e jurisprudência são os mais fartamente representados. [...] A entrada na Biblioteca é facultada ao público durante grande parte do dia; entretanto, aqui é tão pouco sentida a importância das ocupações literárias, que as salas permanecem, por assim dizer, vazias. (SPIX; MARTIUS apud LAJOLO; ZILBERMAN, op. cit., p. 177)

Outros comentários, além de se referirem ao numeroso acervo, à importância da biblioteca para a cultura da cidade e ao pequeno número de frequentadores, assinalam também a presença dos leitores negros. Apontam, ainda, algumas das práticas de leitura estimuladas no interior da Biblioteca Nacional, como o empréstimo de materiais para tomar notas sobre o que liam.

A Biblioteca Nacional contém quase 80 mil volumes e ocupa um edifício primitivamente de propriedade dos Carmelitas. [...] A Biblioteca honra a cidade. Cada pessoa decentemente vestida, branca ou preta, tem acesso livre à consulta e se quiser fazer extratos, ser-lhe-ão fornecidos penas, tinta e papel. Raramente encontrei ali mais de meia dúzia de consulentes, sendo a maioria jovens de cor – um fato corroborativo do que várias vezes já se disse sobre o caráter ambicioso desta parte da população. (EWBANK apud LAJOLO; ZILBERMAN, op. cit., p. 180)

A partir da segunda metade do século XIX, começaram a surgir por todo o Brasil diversas bibliotecas, gabinetes e sociedades de leitura, a maioria desses espaços constituída por meio de doações de comerciantes e senhoras de famílias da elite brasileira.

É importante mencionar que, no Brasil Colonial, não havia bibliotecas públicas de qualquer espécie. Os livros trazidos pelos jesuítas ficavam restritos aos conventos para o uso exclusivo dos sacerdotes da Igreja. Durante esse período, a instrução e a formação intelectual encontravam-se sob a direção dos jesuítas de São Vicente e Salvador, que fundaram aqui os primeiros colégios brasileiros, nos quais surgiu o que podemos chamar de esboços das primeiras “bibliotecas escolares”.

De acordo com Nogueira (1986, p. 147-150), quando os jesuítas se estabeleceram em terras brasileiras, uma de suas primeiras preocupações foi solicitar a Portugal que lhes enviasse documentos e obras religiosas com a finalidade de montar os acervos das bibliotecas dos colégios que aqui fundaram. Segundo Milanesi (1986, p. 65), “os jesuítas, como não podia deixar de ser, organizaram as primeiras bibliotecas no Brasil, nascidas nos lugares onde eles assestavam suas armas para a conversão do gentio”.

Nas bibliotecas dos colégios fundados pelos jesuítas, o acervo voltava-se à catequese e ao aperfeiçoamento espiritual dos sacerdotes. Ainda de acordo com Milanesi (ibidem, p. 65), as obras que compunham os acervos dos colégios jesuítas eram essencialmente litúrgicas, de cunho religioso, de acordo com a “visão de mundo” e com a ideologia cristã pretendidas pela Companhia de Jesus, “sob o respaldo do colonizador”.

O autor afirma também que “os livros e bibliotecas eram instrumentos que os incansáveis jesuítas usavam para reproduzir a sua verdade de salvação eterna e de exploração terrena” (ibidem, p. 66). De modo semelhante ao que ocorria nos monastérios da Europa medieval, o acesso ao acervo das bibliotecas dos colégios jesuítas era, por vezes, dificultado, chegando-se à proibição da consulta de obras “não recomendadas”, mesmo entre os religiosos.

Transformações mais significativas no âmbito educacional só ocorreram anos após a expulsão dos jesuítas, quando o Brasil, tornando-se uma nação independente de Portugal, começou, ainda de forma muito modesta e deficitária, a ampliar a educação à população brasi-

leira. Ao outorgar a Constituição em 1823, Dom Pedro I estendeu a instrução primária gratuita a “todos” os cidadãos brasileiros e, a partir de 1827, foram criadas as primeiras escolas primárias no país. Como resultado disso, iniciou-se no Brasil, em meados do século XIX, a discussão sobre a necessidade de bibliotecas apropriadas às escolas.

As bibliotecas escolares, tal como as concebemos hoje, começaram a surgir efetivamente com a criação das escolas normais e, posteriormente, dos ginásios estaduais, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Cabe salientar que, inicialmente, tais bibliotecas tinham como propósito o atendimento aos estudantes e aos professores das escolas normais, vindo mais tarde a ser implantadas, sobretudo nos ginásios, as bibliotecas destinadas às crianças, chamadas então de “bibliotecas infantis”. Uma dessas primeiras bibliotecas escolares brasileiras foi a da Escola Estadual Caetano de Campos, na cidade de São Paulo. Inaugurada em 1925, por iniciativa de Carlos Alberto Gomes Cardim, então diretor da Escola Normal, foi remodelada segundo os princípios da Escola Nova em 1936, quando passou a ser chefiada por Iracema Silveira, que ficou no cargo de bibliotecária-chefe até sua aposentadoria, em 1966. De sua inauguração, em 1925, até 1936, a biblioteca havia sido administrada por professores da Escola Estadual Caetano de Campos, entre eles Lenyra Fraccarolli, que organizou a primeira Biblioteca Infantil Municipal de São Paulo.

Criada para uso dos alunos do curso primário, a Biblioteca Infantil Caetano de Campos era motivo de orgulho de seus organizadores e dispunha de um acervo voltado às necessidades de seus usuários, bem como de um mobiliário especialmente construído para atender ao público infantojuvenil, permitindo que os livros estivessem sempre ao alcance de seus consulentes.

Segundo Lajolo e Zilberman (op. cit., p. 182), a multiplicação de bibliotecas e iniciativas em torno da leitura e do livro sinaliza um conjunto de esforços relevantes ao aprimoramento do “aparelho de leitura” num Brasil que se tornava um país republicano. Entretanto, como as próprias autoras afirmam, tais esforços eram ainda insuficientes “para construir um país, que, conforme Monteiro Lobato, diante da Biblioteca do Congresso, nos Estados Unidos, se faz de *homens e livros*” (ibidem, p. 182).

A célebre frase de Lobato encerra um componente ideológico bastante característico do entendimento das relações entre homens e livros na conformação de um projeto nacional que precisa ser planejado e conduzido estrategicamente pelas instâncias de poder que controlam a nação. Exemplos dessa ideologia, levados ao extremo ao longo dos regimes nazifascistas europeus no século XX, produziram comportamentos totalitários e xenofóbicos em relação a ambos – homens e livros.

Estima-se que, entre 1933 e 1945, na Alemanha nazista, cerca de 100 milhões de livros e 6 milhões de seres humanos foram consumidos nas chamas do holocausto (Battles, op. cit., p.167), em nome de um projeto nacional que, para se consumir, não poderia admitir na nação *certos* livros e *certos* seres humanos. Homens e livros, portanto, que não fossem considerados *convenientes* aos ideais nacionalistas da Alemanha de Hitler, eram sistematicamente eliminados. Segundo Battles (ibidem), o controle e a censura em relação aos livros, bem como a destruição de inúmeras bibliotecas ao longo do século XX, provocaram uma transformação bastante significativa das relações entre homens e livros no mundo contemporâneo.

Se o século XIX caracterizou-se pela construção de bibliotecas, o século XX ficou marcado por sua destruição. Naturalmente, a queima de livros não é uma invenção recente. Ela espreita a história das bibliotecas de Alexandria e Tenochtitlán, da Capadócia à Catalunha, da dinastia chinesa de Qin à dissolução dos mosteiros na Inglaterra. Mas foi no século XX que novas maneiras de destruir livros e instrumentalizar essa destruição foram testadas e aperfeiçoadas. Não é exagero dizer que a súbita desencarnação dos livros, com os textos sendo absorvidos primeiro na granulação escurecida dos microfilmes e, finalmente, no espaço etéreo dos pixels da Internet, teve início com um brutal retorno da violência contra os livros na Primeira e na Segunda Guerra Mundial. A observação de Heinrich Heine – “onde se queimam livros, acaba-se queimando pessoas” – é frequentemente invocada quando se trata de biblioclastias contemporâneas, como as queimas de livros promovidas pelos nazistas em maio de 1933. No entanto, Heine era um homem do século XIX escrevendo [...] a respeito das queimas de livros em Portugal e na Espanha do século XV. No século que passou, porém, com suas ideologias e guerras totais, ficou claro

que queimar uma biblioteca não é a única maneira de destruí-la. (Ibidem, p. 157-158)

Fica claro que, para Battles (ibidem), a herança que o século XX deixou à posteridade com a trágica experiência da destruição de livros e bibliotecas no decorrer das duas guerras mundiais que assolaram a Europa e aterrorizaram o mundo se traduz nas tendências do século XXI pela digitalização dos livros e pela constituição de acervos de bibliotecas virtuais, o que, segundo o autor, pode caracterizar o prenúncio de uma futura extinção desses espaços físicos – portanto, concretos e reais – de encontros entre leitores e livros, que são as bibliotecas tradicionais.

Preocupação semelhante encontramos em Chartier (op. cit., p. 117), que, apesar de demonstrar certo entusiasmo em relação às novas possibilidades de leitura, a novos modelos de biblioteca e a novos tipos de relações entre os seres humanos e a cultura escrita, proporcionados pelo advento do texto eletrônico, revela certas reservas quanto a algumas implicações decorrentes da evolução desse novo relacionamento entre leitores e textos num ambiente virtual.

A partir do momento em que se transforma uma revista, um periódico, um livro em um texto eletrônico acessível em uma tela, propagado pela rede, parece que se pode dispensar a conservação do objeto original, já que o texto, de qualquer modo, subsiste.

Os historiadores do livro (como eu) estão, no entanto, muito preocupados com essa evolução. Com efeito, a forma do objeto escrito dirige sempre o sentido que os leitores podem dar àquilo que leem. Ler um artigo em um banco de dados eletrônico, sem saber nada da revista na qual foi publicado, nem dos artigos que o acompanham, e ler o “mesmo” artigo no número da revista na qual apareceu não é a mesma experiência. O sentido que o leitor constrói, no segundo caso, depende de elementos que não estão presentes no próprio artigo, mas que dependem do conjunto de textos reunidos no mesmo número do projeto intelectual e editorial da revista e do jornal. Às vezes, a proliferação do universo textual acabou por levar ao gesto da destruição, quando deveria ser considerada a exigência da conservação. (Ibidem, p. 127-128)

As bibliotecas, em suma, sintetizam essas muitas vertentes herdadas ao longo dos séculos, de modo que as imagens que as representam hoje incorporam traços muitas vezes indiscretos dessa herança cultural milenar que faz da biblioteca um espaço plural, em que confluem diferentes modelos arquitetônicos e funcionais, diversas formas de organização, disposição e circulação de acervos, variadas condutas e posturas de bibliotecários e consulentes, múltiplas práticas de leitura e infinitas possibilidades de relacionamento entre leitores e livros.

Ainda hoje, as bibliotecas públicas, universitárias e escolares que funcionam num horário regular e que dispõem de um bibliotecário responsável pelo atendimento ao público guardam muitas características da *scriptoria* monástica, seja pelo entendimento de que as bibliotecas constituam espaços de culto e veneração a um saber visto como “sagrado”, seja pela concepção de que elas se destinam mais à preservação que à circulação de seus acervos.

Ainda que determinadas normas de organização, de possibilidades de consulta e de circulação das obras sejam necessárias, o fato é que – na composição histórica das múltiplas heranças culturais que, entrelaçadas, configuram a imagem que temos hoje dessas instituições – as bibliotecas são, em geral, ambientes demasiado formais, conservadores, opressivos, graves, com vastas e inescrutáveis estantes repletas de volumes enfileirados, cuja organização só é conhecida dos “iniciados” e dos bibliotecários, o que muitas vezes afugenta aqueles que não se consideram “leitores experientes”, os quais, desestimulados desde a infância pela pouca receptividade desses espaços inóspitos, passam a enxergar como mais cômoda a possibilidade de viver sem ter que os frequentar.

Ao adentrarmos um desses “templos do saber”, espera-se que saibamos de antemão o que buscamos ali; que não maculemos a ordem e o asseio do ambiente; que não desorganizemos a criteriosa disposição dos livros; que nos comportemos com recato e discrição; que não gargalhemos, nem falemos em voz alta; de preferência, que façamos o mais absoluto silêncio. Nesses ambientes, não convém que passeemos a esmo entre as estantes, nem que convidemos amigos para visitá-los conosco, nem que declamemos poemas encontrados por ali, tampouco que conversemos em seu interior acerca de nossas leituras com quem quer que seja.



Em algumas dessas bibliotecas, mesmo o trânsito dos consulentes por entre os livros é vedado, exigindo-se que o visitante se dirija ao balcão de atendimento e explique ao bibliotecário o título e o autor da obra que procura. E, se não souber o que procura, é melhor que dê meia-volta e vá pensar no que deseja ler. Outras bibliotecas permitem que se transite pelo acervo e até emprestam livros com prazos prefixados de sete, dez, até quinze dias, mediante o preenchimento e a confirmação de um cadastro de usuário. Caso o leitor se demore mais do que o combinado para devolver o que retirou de empréstimo, variados tipos de punição podem ser aplicados, tais como multas em dinheiro, suspensões e cancelamento definitivo do direito ao empréstimo.

Ao entrarmos numa biblioteca, altera-se automaticamente nossa postura. Como que impelidos a um súbito recalque, um refreamento de nós mesmos, baixamos o tom de voz, diminuimos a intensidade de nossos passos, esforçando-nos por permanecer o mais invisíveis e inaudíveis que pudermos nesse ambiente tão opressor e, por isso mesmo, tão propício ao exercício da fantasmagoria.

O comportamento discreto e taciturno que se espera dos leitores em uma biblioteca, onde devemos caminhar a passos miúdos e manifestarmo-nos por meio de sussurros, é semelhante ao modo como procedemos quando vamos a um velório ou quando estamos nos corredores de um hospital. Seguramente, não é agradável nem convidativo um ambiente com características dessa natureza, especialmente às crianças – essencialmente emotivas, irrequietas e curiosas – e aos jovens – cujo comportamento, em geral, é pautado pela inquietude, entusiasmo, dinamismo e emergência da sociabilidade. De fato, tudo o que o jovem e a criança representam opõe-se ao tipo de comportamento que, nas bibliotecas, se postula como adequado. A biblioteca tradicional não é ambiente para qualquer um. Pautada pela exclusão, a *scriptoria* moderna, longe de ser um espaço democrático, parece ainda destinar-se à dita “elite cultural”, que, como toda elite, é composta apenas de uns poucos “eleitos”.

Que tipo de relação entre leitores e livros é possível construir numa biblioteca que não nos permite sermos os leitores que somos? Seja nas bibliotecas escolares, nas bibliotecas tradicionais ou nas modernas bibliotecas universitárias, com seus meios eletrônicos de consulta, a

navegação dos leitores parece sempre *assombrada* pela necessária (ou não) presença de um *iniciado*, ou de um *guardião*, cuja função, talvez, seja a de separar “os que sabem” e “os que não sabem”.

Enquanto os governos insistem em políticas de distribuição de livros, as bibliotecas escolares, de modo geral, continuam com os mesmos impasses, porém, cada vez mais abarrotadas. Se há algo que possamos apontar de positivo acerca das bibliotecas escolares da rede pública de ensino, sobretudo no estado de São Paulo hoje em dia é, sem dúvida, o fato de que, nelas, livros não faltam. Mas se, por um lado, as políticas distributivas conseguiram despejar montanhas de livros nas escolas, por outro, muito pouco ou quase nada se empenharam no sentido de fomentar a dinamização da leitura a partir das bibliotecas escolares e de criar condições para que os leitores em formação possam ter acesso efetivo aos acervos distribuídos às escolas.

Impossibilitadas de oferecer atendimento ao público escolar, sobretudo pela falta de um “alguém” encarregado disso, muitas bibliotecas escolares permanecem trancadas e inacessíveis aos alunos e mesmo aos professores. À falta de bibliotecários educadores, devidamente capacitados para atuar nas bibliotecas escolares, juntam-se o medo do extravio e do desgaste dos livros, quando postos em franca circulação, e a falta de tempo e de disposição para retirar os livros das *caixas* e organizá-los de modo a possibilitar que professores e alunos usufruam, ainda que precariamente, dos acervos que se encontram nesses espaços. O fato é que a função social das bibliotecas escolares e o compromisso com a formação de seus leitores vêm sendo paulatinamente negligenciados pelas sucessivas políticas governamentais que ousam (quando ousam) tocar, ainda que tangencialmente, na questão das bibliotecas das escolas públicas no Brasil.

Apesar de, a rigor, o termo “biblioteca” designar uma coleção de livros reunidos num espaço, é preciso mais do que uma montanha de livros para fazer uma biblioteca de verdade, principalmente quando se trata de uma biblioteca escolar, cuja função maior deveria ser a de promover – ou, ao menos, permitir – a construção das relações entre leitores e livros. Por mais que as bibliotecas escolares estejam cheias de livros, textos, periódicos, mapas e afins, de que elas valem sem leitores?

### Considerações finais

Não podemos tratar da questão da construção das relações entre leitores e livros nos dias atuais sem levarmos em conta as circunstâncias em que as bibliotecas exercem seu papel no tocante à produção desse fenômeno cultural.

Ir à biblioteca envolve a decisão de um gesto autônomo de busca, de procura, e em contrapartida, cabe à biblioteca proporcionar que essa busca resulte num “encontro” com a leitura. Segundo Certeau (2004, p. 268), “a autonomia do leitor depende de uma transformação das relações sociais que sobredeterminam a sua relação com os textos”. Como um dos espaços em que se determinam as relações entre leitores e livros, a biblioteca precisa atrair os novos leitores e abrir-se a esses buscadores iniciantes, no sentido de recebê-los e encorajá-los à descoberta dos leitores que são eles próprios, bem como das práticas de leitura com as quais mais se identifiquem. A tarefa da biblioteca, portanto, é também um trabalho de politização de leitores e de práticas de leitura.

Justamente por sua tarefa constituir um trabalho de politização, não podemos pensar a biblioteca sem considerar as políticas governamentais em torno do livro e da leitura, lembrando que uma efetiva política de leitura precisa iniciar-se pela compreensão das práticas já consolidadas na cultura, no sentido de torná-las “politizáveis” (ibidem, p. 268). Conhecer as práticas de leitura associadas às bibliotecas faz-se necessário não só à reforma das iniciativas e dos projetos governamentais já existentes ou à concepção de novas e mais profícuas políticas de leitura, mas também a uma nova possibilidade de pensar a biblioteca e seu papel na construção das relações entre leitores e livros, em especial no que diz respeito às bibliotecas escolares.

### Referências bibliográficas

- BARTHES, R. *O prazer do texto*. Tradução Jacó Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BATTLES, M. *A conturbada história das bibliotecas*. Tradução João Vergílio Gallerani Cuter. São Paulo: Planeta, 2003.
- BOURDIEU, P.; CHARTIER, R. A leitura: uma prática cultural. In: CHARTIER, R. (Org.). *Práticas da leitura*. Tradução Cristiane Nascimento. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- CERTEAU, M. *A cultura no plural*. Tradução Enid Abreu Dobránszky. 3. ed. Campinas: Papirus, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Tradução Ephraim Ferreira Alves. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. v. 1.
- CHARTIER, R. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Editora Unesp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.
- \_\_\_\_\_. Do livro à leitura. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Práticas da leitura*. Tradução Cristiane Nascimento. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- EWBANK, T. *A vida no Brasil ou Diário de uma visita à terra do cacauieiro e das palmeiras, com um apêndice contendo ilustrações das artes sul-americanas antigas*. Tradução Jamil Almansur Haddad. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976. p. 332.
- KLEBIS, C. E. O. *Leitura e envolvimento: a escola, a biblioteca e o professor na construção das relações entre leitores e livros*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. *A formação da leitura no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- MILANESI, L. *Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- NOGUEIRA, M. C. de A. Considerações sobre o usuário da biblioteca escolar. *Boletim ABDF Nova Série*, Brasília, v. 9, n. 2, p. 147-150, abr./jun. 1986.
- SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl F. Philip von. *Viagem pelo Brasil*. São Paulo: Edusp, [s.d.].